

Câmara decide hoje

Cidades

DF - Saíde

Brasília, quarta-feira, 11 de setembro de 1991

3

autonomia para o Sarah

O plenário da Câmara dos Deputados vota hoje, a partir das 15h, o Projeto de Lei 263 de 1991 — de autoria do Executivo — que institui o Serviço Autônomo Associação das Pioneiras Sociais. Se o projeto for aprovado no Congresso e sancionado pelo presidente Fernando Collor, os hospitais filiados à instituição, destacando-se o Sarah Kubitschek, voltarão a ter total autonomia administrativa, sobretudo na área de recursos humanos. Com isso, o Sarah, um dos maiores centros especializados em medicina do aparelho locomotor do mundo, poderá sair do quadro caótico em que se insere. Dentre os principais problemas que ele enfrenta, está sua capacidade operacional, que hoje encontra-se reduzida à metade, devido à impossibilidade de contratação pessoal.

O Projeto 263, enviado pelo Executivo em 25 de junho, foi aprovado na semana passada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, com um placar de 24 votos contra nove. Na ocasião, venceu o parecer do relator da comissão, deputado Geraldo Alckmin (PSDB-SP), que defende um tratamento especial a

todos os centros de excelências na área de saúde, a exemplo do Sarah, um hospital mundialmente conhecido por seu alto padrão de atendimento.

O projeto deveria ser votado ontem pelo plenário da Câmara, mas o período referente à Ordem do Dia expirou-se às 18h, e o adiamento foi automático. Houve tempo, porém, para um movimentado debate entre os parlamentares, diante das galerias lotadas por funcionários dos hospitais filiados às Pioneiras Sociais. Discursaram os deputados Sérgio Arôca (PCB-RJ), Jandira Feghali (PC do B-RJ), Liberato Caboclo (PDT-SP), Jamil Haddad (PSB-RJ), Eduardo Jorge (PT-SP), Haroldo Lima (PC do B-BA), José Lourenço (PDS-BA), Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e Maria Laura (PT-DF). Atento aos discursos, estava o presidente da Fundação das Pioneiras Sociais e chefe da comissão que dirige o Sarah Kubitschek, o médico Aloysio Campos da Paz, que chegou a anunciar que se demitiria caso o projeto não fosse aprovado no Congresso e sancionado pelo presidente Fernando Collor.